



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

PAREPS SÃO PATRÍCIO II
PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA A
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE
2024-2027

REGIÃO DE SAÚDE SÃO PATRÍCIO II
2024



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIÃO DE SAÚDE SÃO
PATRÍCIO II**

PAREPS SÃO PATRÍCIO II
PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA A
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE
2024-2027

THAISA CAMPOS FERNANDES – PRESIDENTE CIES REGIONAL
ANAILDES GARCIA – VICE - PRESIDENTE CIES REGIONAL
LETÍCIA DE JESUS PURCINO – COORDENADORA DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE

REGIÃO DE SAÚDE SÃO PATRÍCIO II



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

2024

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO/REVISÃO

LETÍCIA DE JESUS PURCINO

BARBARA ANTONINO

IVONE TRISTÃO DA SILVA

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

LETÍCIA DE JESUS PURCINO

DIGITAÇÃO, FORMATAÇÃO E REVISÃO ORTOGRÁFICA

ADRIANO DE SOUZA LEONES – SUBCOORDENADOR DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA E SAÚDE DO TRABALHADOR REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

BARBARA ANTONINO – COORDENADORA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO
REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

IVONE TRISTÃO DA SILVA – COORDENADORA GERAL REGIONAL SÃO
PATRÍCIO II

COLABORADORES:

ANDREIA MATIAS DOS SANTOS OLIVEIRA – COORDENADORA DE ATENÇÃO À
SAÚDE REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

ADRIANO DE SOUZA LEONES – SUBCOORDENADOR DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA E SAÚDE DO TRABALHADOR REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

EURISLAINE LAILA DE LIMA SILVA – COORDENADORA DE VIGILÂNCIA EM
SAÚDE SÃO PATRÍCIO II

IVONE TRISTÃO DA SILVA – COORDENADORA REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

SILVIA MARIA DA SILVA – TÉCNICA EM SAÚDE REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

LARISSA REZENDE BORGES DOURADO – COORDENADORA
DESCENTRALIZADA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE SESG/GERES

SUMÁRIO

Introdução.....	05
1. Características da Região de Saúde São Patrício II.....	05
1.1. Região de Saúde São Patrício II.....	05
1.2. Características das Ações e Serviços de Saúde.....	06
1.2.1. Atenção Integral à Saúde.....	06
1.2.1.1. Atenção Primária em Saúde.....	06
1.2.1.2. Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar.....	06
1.2.1.3. Urgência e Emergência.....	07
1.2.1.4. Atenção Psicossocial.....	07
1.2.1.5. Vigilância em Saúde	08
1.2.2. Educação Permanente em Saúde.....	08
2. Identificação dos Problemas de Saúde.....	08
3. Caracterização da necessidade de Formação em Saúde.....	09
3.1. Priorização dos problemas encontrados.....	09
4. Atores envolvidos.....	09
5. Relação entre problemas e as necessidades de EPS.....	09
6. Produtos e Resultados esperados.....	11
7. Processo de Avaliação do Plano.....	12
8. Recursos envolvidos para execução do Plano.....	12
Conclusão.....	12

Referências Bibliográficas.....	12
Anexos.....	14
Anexo I Resolução de aprovação do PAREPS pela CIES REGIONAL.....	14
Anexo II Resolução de homologação do PAREPS e da Resolução da CIES pela CIR.....	14

Introdução

A Portaria MS nº 1996 de 20 de Agosto de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Educação Permanente, e que cria a Comissão Integrada de Ensino Saúde, instituída pela Comissão Intergestora Regional (CIR), reforça o cumprimento dos objetivos propostos nas diretrizes e estratégias do Pacto pela Saúde.

O Plano Regional para Educação Permanente em Saúde (PAREPS) foi elaborado para assegurar e socializar processos competentes, deliberados conjuntamente entre a Comissão Intergestores Regional (CIR) e a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) da Região de Saúde São Patrício II, voltados à organização e estruturação dos espaços de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) em âmbito regional, seguindo os mesmos moldes da Lei Federal.

Na elaboração deste material foram consideradas as referências sobre a educação na saúde na Lei Orgânica da Saúde (Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90), na NOB-RH/SUS (Resolução CNS nº. 330, de 4 de novembro de 2003), nas diretrizes e regulamentação do Pacto de Gestão pela Saúde. Além disso, foi especialmente considerada a Política de Educação Permanente em saúde.(BRASIL, 2006, pg 05).

Desse modo, visa contribuir no processo de organização e desenvolvimento das diretrizes da Portaria nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, e simultaneamente, apontar eixos orientadores que, reafirmando os princípios e diretrizes da Educação

Permanente em Saúde (EPS), possam auxiliar na reorganização dos espaços e instâncias recomendados.

A transformação das práticas tradicionais de “capacitação encomendada” para uma construção ascendente, participativa, dialógica e centrada nos processos de trabalho exige de cada um dos integrantes da CIES a capacidade de ampliar os esforços no sentido de retomar a dinâmica de loco regional, enquanto condição fundamental à efetivação da Política de Educação Permanente em Saúde.

1. Características da Região de Saúde São Patrício II

1.1. Região de Saúde São Patrício II

Mapa da região



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II



Fonte: Regional de Saúde São Patrício II

Tabela 1 - Dados Populacional Região São Patrício II

SÃO PATRÍCIO II



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Município	População Estimada	Área Total (km2)	Densidade Demográfica (hab/km2)
Barro Alto	12.641	1080,268	9,60
Goianésia	73.707	1547,319	47,64
Itaguaru	4.904	20,35	241,029
Jaraguá	45.223	1848,947	24,46
Mimoso de Goiás	2.614	1380,701	1,89
Padre Bernardo	34.967	3142,615	11,13
Santa Rita do Novo Destino	2.689	970,448	2,77
Vila Propício	5.815	2181,593	2,67

Fonte: IBGE 2022

Localizada na Macrorregião Centro Norte do Estado de Goiás, sediada em Goianésia, a 178 km da Capital do Estado, na Avenida Mato Grosso nº 11 Centro, conta com 8 municípios da região, com uma população estimada em 2023 de 182.109 habitantes, são eles: Barro Alto, Goianésia, Itaguaru, Jaraguá, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Santa Rita do Novo Destino e Vila Propício.

Tabela 2 - Distância em Km dos Municípios à Sede da Regional e da Capital do Estado

MUNICÍPIO	REGIONAL	GOIÂNIA
BARRO ALTO	49,5 KM	244,8 KM
GOIANÉSIA	SEDE	178 KM
ITAGUARU	94,6 KM	122,2 KM
JARAGUÁ	59,2 KM	119,7 KM
MIMOSO DE GOIÁS	142,6 KM	244 KM



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

PADRE BERNARDO	124 KM	224 KM
SANTA RITA DO NOVO DESTINO	21,1 KM	198 KM
VILA PROPÍCIO	32,9 KM	205,5 KM

Fonte: Google Maps -2024

Dados populacionais por idade e sexo

MUNICÍPIO	FEMININO	MASCULINO
BARRO ALTO	5.403	6.240
GOIANÉSIA	35.237	36.808
ITAGUARU	2.569	2.615
JARAGUÁ	25.886	26.274
MIMOSO DE GOIAS	1.193	1.382
PADRE BERNARDO	17.468	17.543
SANTA RITA DO NOVO DESTINO	1.522	1.845
VILA PROPICIO	2.889	3.052

Fonte: Instituto Mauro Borges

DADOS POPULACIONAIS POR IDADE E SEXO:

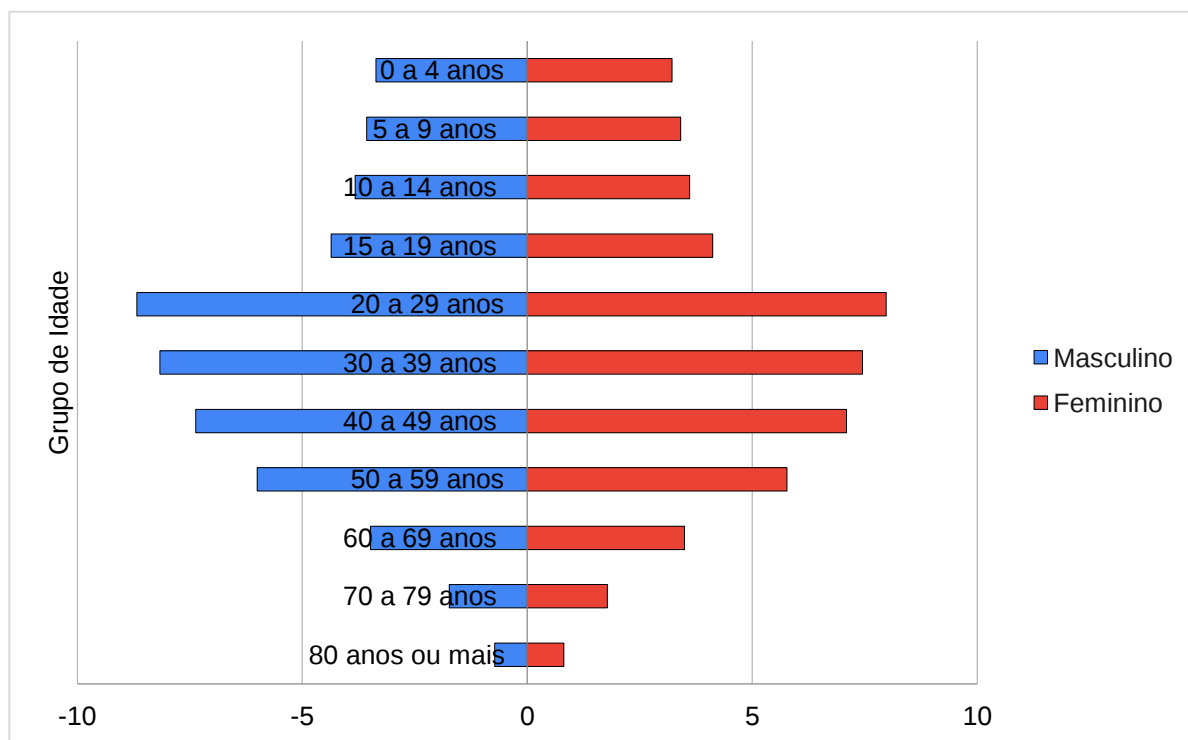
É neste tópico que analisaremos a população da região São Patrício II, ou seja, aqui identificamos a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

A estrutura etária de uma população é dividida em três faixas: jovens, que compreende desde o nascimento até 19 anos; adultos, dos 20 anos até 59 anos e os idosos, dos 60 anos em diante.

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

A maior quantidade populacional, tanto feminina quanto masculina concentra-se na idade de 20 a 29 anos.

PIRÂMIDE ETÁRIA REGIÃO SÃO PATRÍCIO II



Fonte: Instituto Mauro Borges

Ao caracterizar os municípios da região, quanto aspectos socioeconômicos, educação e ambientais, descrevemos:

Barro Alto

Aspectos Socioeconômicos

Em 2021, o salário médio era de 3,1 salários-mínimos segundo os dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 35,73%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 10 de 246 e 9 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 126 de 5570 e 342 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 31,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 207 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4398 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

De acordo com o site do IBGE/2022 em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 39 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 610 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,5 e para os anos finais, de 5,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 26 para os anos iniciais e 88 para os anos finais. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 518 e 1045 de 5570.

Economia:

Segundo a fonte 2021, o PIB per capita era de R\$ 135.151,35. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 6 de 246 entre os municípios do estado e na 108 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 57,8%, o que o colocava na posição 218 de 246 entre os municípios do estado e na 4849 de 5570.

Em 2017, o total da receita foi de R\$ 56.611,85 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 59.366,72 (x1000). Isso deixa o município nas posições 61 e

52 de 246 entre os municípios do estado e na 1637 e 1390 de 5570 entre todos os municípios. (Instituto Mauro Borges, 2017)

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19,11 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 19,3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 57 de 246 e 100 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil, essas posições são de 1277 de 5570 e 1626, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 7,2% de domicílios com tratamento sanitário adequado, destes, 76,8% de domicílios em vias públicas conta com arborização e 4,8% dos domicílios são urbanizados adequadamente (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 181 de 246, 164 de 246 e 86 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4604 de 5570, 2650 de 5570 e 3516 de 5570, respectivamente.

Goianésia

Aspectos Socioeconômicos

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,1 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,61%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 65 de 246. Já na comparação com outras cidades do país ficava na posição 1674 de 5570 e 851 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 31% da

população nessas condições, o que o colocava na posição 213 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4489 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 103 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 2065 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,8 e para os anos finais, de 5,7. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 8 e 21 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 215 e 274 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 26.209,49. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 155 de 246 entre os municípios e na 2476 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 foi de 65,3%, que o colocava na posição 212 de 246 entre os municípios do estado e na 4696 de 5570. Em 2017, o total de receita foi de R\$ 171.698,54 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 147.809,7 (x1000). Isso deixa o município nas posições 17 e 19 de 246 entre os municípios do estado e na 514 e 535 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil é de 15,08 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido doenças diarreicas são de 259,1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 80 de 246 e 12 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1875 de 5570 e 259 de 5570, respectivamente.

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Meio Ambiente:

Relacionado aos aspectos ambientais, 55% domicílios, dispõe de tratamento sanitário adequado, 96,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 27,6% de domicílios em vias públicas são urbanizados adequadamente (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 40 de 246, 30 de 246 e 13 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2026 de 5570, 639 de 5570 e 1359 de 5570, respectivamente.

Itaguaru

Aspectos Socioeconômicos

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,6 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,31%. Na comparação do rendimento salarial e de pessoas ocupadas com outros municípios do estado, ocupava as posições 204 de 246 e 170 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4529 de 5570 e 3079 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 33,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 155 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3928 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 39 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 610 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,9 e para os anos finais, de 5,9. Na comparação

com outros municípios do estado, ficava nas posições 6 e 13 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 172 e 135 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 20.077,23. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 210 de 246 entre os municípios do estado e na 3137 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 86,2%, o que o colocava na posição 108 de 246 entre os municípios do estado e na 2932 de 5570. Em 2017, o total de receita foi de R\$ 18.845,28 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 16.786,81 (x1000). Isso deixa o município nas posições 161 e 161 de 246 entre os municípios do estado e na 4240 e 4222 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de (não há dados) para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 20,4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições (não há dados) de 246 e 99 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de (não há dados) de 5570 e 1605 de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 18,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93,4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 130 de 246, 61 de 246 e 82 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3766 de 5570, 1130 de 5570 e 3388 de 5570, respectivamente.

Jaraguá

Trabalho e Rendimento:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,57%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 175 de 246 e 163 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3962 de 5570 e 3007 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 30,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 218 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 4562 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,4%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 203 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4281 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,4 e para os anos finais, de 5,7. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 34 e 21 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 653 e 274 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 17.633,06. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 222 de 246 entre os municípios do estado e na 3417 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 81,9%, o que o colocava na posição 142 de 246 entre os municípios do estado e na 3593 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$

92.663,88 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 83.928,68 (x1000). Isso deixa o município nas posições 34 e 34 de 246 entre os municípios do estado e na 955 e 948 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,09 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 6,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 132 de 246 e 121 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3241 de 5570 e 2168 de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 15,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 91,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 141 de 246, 77 de 246 e 97 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3947 de 5570, 1308 de 5570 e 3751 de 5570, respectivamente.

Mimoso de Goiás

Trabalho e Rendimento:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,6 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,48%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 204 de 246 e 145 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4529 de 5570 e 2785 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio

salário-mínimo por pessoa, tinha 43,3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 22 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 2332 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,6%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 13 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 186 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,6 e para os anos finais, de 4,5. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 223 e 223 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 4347 e 3358 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 96.137,29. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 14 de 246 entre os municípios do estado e na 216 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 88,8%, o que o colocava na posição 82 de 246 entre os municípios do estado e na 2466 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 12.151,25 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 11.945,85 (x1000). Isso deixa o município nas posições 243 e 228 de 246 entre os municípios do estado e na 5450 e 5291 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de (não há dados) para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de (não há dados) para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições (não há dados) de 246 e (não há dados) de 246, respectivamente. Quando

comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de (não há dados) de 5570 e (não há dados) de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 17,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 49,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 133 de 246, 217 de 246 e 174 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3815 de 5570, 4146 de 5570 e 4686 de 5570, respectivamente.

Padre Bernardo

Trabalho e Rendimento:

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,2 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,85%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 43 de 246 e 227 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1264 de 5570 e 4106 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 38,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 59 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 2955 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 213 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4499 de 5570. Em

relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4,8 e para os anos finais, de 4,7. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 218 e 202 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 4015 e 2824 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 30.051,96. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 127 de 246 entre os municípios do estado e na 2130 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 82,6%, o que o colocava na posição 134 de 246 entre os municípios do estado e na 3490 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 81.273,61 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 73.692,01 (x1000). Isso deixa o município nas posições 42 e 40 de 246 entre os municípios do estado e na 1116 e 1099 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 25,29 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 28,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 43 de 246 e 88 de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 704 de 5570 e 1381 de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 22,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 47,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 112 de 246, 219 de 246 e 49 de 246, respectivamente. Já quando

comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3488 de 5570, 4215 de 5570 e 2618 de 5570, respectivamente.

Santa Rita do Novo Destino

Trabalho e Rendimento:

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,1 salários-mínimos segundo dados do IBGE/2022. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16,87%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 65 de 246 e 102 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1674 de 5570 e 2055 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 38,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 59 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 2955 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Educação:

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 95,5%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 225 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4850 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 8 e para os anos finais, de 5,1. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 1 e 130 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 25 e 1607 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 32.686,66. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 112 de 246 entre os municípios do estado e na 1926 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas

em 2015 era de 93,9%, o que o colocava na posição 20 de 246 entre os municípios do estado e na 1187 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 14.696,18 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 12.881,54 (x1000). Isso deixa o município nas posições 216 e 212 de 246 entre os municípios do estado e na 5103 e 5092 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 50 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a doenças diarreicas são de (não há dados) para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 13 de 246 e (não há dados) de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 119 de 5570 e (não há dados) de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 55,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 96,9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 37 de 246, 26 de 246 e 192 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2001 de 5570, 588 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Vila Propício

Trabalho e Rendimento:

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,9 salários-mínimos segundo dados do IBGE. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,14%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições

118 de 246 e 64 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2715 de 5570 e 1392 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 46,2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 15 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 2003 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,9%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 182 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3751 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,9 e para os anos finais, de 5,6. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 96 e 35 de 246. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1747 e 395 de 5570.

Economia:

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 51.845,31. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 51 de 246 entre os municípios do estado e na 880 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 93,7%, o que o colocava na posição 25 de 246 entre os municípios do estado e na 1250 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 20.688,3 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 19.046,75 (x1000). Isso deixa o município nas posições 144 e 140 de 246 entre os municípios do estado e na 3967 e 3816 de 5570 entre todos os municípios.

Saúde:

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de (não há dados) para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de (não há dados) para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

posições (não há dados) de 246 e (não há dados) de 246, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de (não há dados) de 5570 e (não há dados) de 5570, respectivamente.

Meio Ambiente:

Apresenta 7,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 86,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 182 de 246, 122 de 246 e 192 de 246, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4616 de 5570, 1829 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

A região dispõe de:

Entidades formadoras na área de saúde, conforme tabela abaixo:

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>ENTIDADE FORMADORA</u>	<u>CURSOS</u>
Goianésia	FACEG – Faculdade Evangélica de Goianésia	Enfermagem, Odontologia, Psicologia.
Goianésia	Unopar- EAD	Enfermagem
Goianésia	Uni RV – Universidade de Rio Verde	Medicina
Goianésia	Colégio Decisão	Curso Técnico de Enfermagem

Fonte: Coordenação de Educação Permanente Regional São Patrício II

1.2. Características das Ações e Serviços de Saúde

1.2.1. Atenção Integral à Saúde

Conceituar a Atenção Integral à Saúde

1.2.1.1. Atenção Primária em Saúde

É uma estratégia de organização da Atenção à Saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades.

As ações mínimas, necessárias para o desenvolvimento são: Educação em Saúde voltada para a prevenção e proteção; tratamento da água e saneamento; saúde materno-infantil; planejamento familiar; imunização; prevenção e controle de doenças endêmicas; tratamento de doenças e lesões comuns; fornecimento de medicamentos essenciais tem atendimentos específicos as comunidades quilombolas, assentamentos e áreas de difícil acesso.

Entretanto, os desafios persistem e indicam a necessidade de articulação de estratégias de acesso aos demais níveis de atenção de forma a garantir o princípio da integralidade e a equidade oferecer a cada indivíduo aquilo que ele necessita, assim como a necessidade permanente de ajuste das ações e serviços locais de saúde, visando à apreensão ampliada das necessidades de saúde da população e à superação das iniquidades entre as regiões do país.

Ressalta-se também na Atenção Primária a importante participação de profissionais de saúde, como os agentes comunitários de saúde, os auxiliares e técnicos de enfermagem, entre outros responsáveis por ações de educação e vigilância em saúde.

Cobertura da Atenção à Saúde da Região São Patrício

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

A saúde bucal regional é um serviço de saúde que visa prevenir e tratar doenças que afetam os dentes e gengivas.

A Política Nacional de Saúde Bucal, também conhecida como Brasil Sorridente, oferece serviços odontológicos gratuitos no Sistema Único de Saúde (SUS).

A atenção em saúde bucal no SUS pode ser encontrada em: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família, Unidades odontológicas móveis, Centros de especialidades odontológicas, Hospitais.

Cobertura da Atenção Primária à saúde dos Municípios

MUNICÍPIO	COBERTURA APS	COBERTURA ACS CADASTRADOS
Barro Alto	98,17%	66.94%
Goianésia	100%	104.66%
Itaguaru	100%	214.11%
Jaraguá	100%	97.19%
Mimoso de Goiás	100%	133.89%
Padre Bernardo	100%	135.12%
Santa Rita do Novo Destino	100%	260.31%
Vila Propicio	100%	150.47%

Fonte: Coordenação da Atenção Primária Regional São Patrício II



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Cobertura de Equipe de Saúde bucal Regional de Saúde São Patrício II

MUNICÍPIO	COBERTURA	POPULAÇÃO	Nº e-SB	CEO
Barro Alto	67,14%	11.643	02	00
Goianésia	58,36%	72.045	12	01
Itaguaru	76,89%	5.184	02	00
Jaraguá	92,27%	52.160	12	00
Mimoso de Goiás	100,00%	2.575	01	00
Padre Bernardo	55,02%	35.011	08	00
Santa Rita do Novo Destino	90,22%	3.367	02	00
Vila Propício	100,00%	5.941	02	00

Fonte: Coordenação de Atenção à saúde Regional São Patrício II (Ano)

1.2.1.2. Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar

As ações e serviços de Atenção Especializada estão divididos em três subcomponentes, a saber:

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

1.2.1.2.1. Atenção Ambulatorial Especializada (Policlínicas)

A Região de Saúde São Patrício II possui diversos serviços de atenção ambulatorial especializada (Apoio Diagnóstico Clínico e Laboratorial; Apoio Diagnóstico de Imagem; e Consultas especializadas).

Ela conta com 1 Policlínica que fica localizada no Município de Goianésia.



Endereço: Rua 43, nº 3271 Bairro Jardim Esperança.

➔ Consultas Especializadas ofertadas pelo Município de Goianésia:

Ressonância, Tomografia, RX, ECG, Holter, Teste Ergométrico, Risco Cirúrgico, Ecocardiograma, Ultrassonografia e Doppler

Central Regulação de Urgência Médicas atende a Região São Patrício II; Central de Regulação Consultas/ Exames: Regula as consultas e exames ambulatoriais da

Região São Patrício II pactuados com o município de Goianésia; A Central de Regulação de Leitos: Regula os leitos de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia de todos hospitais conveniados SUS de Goianésia para toda a região São Patrício II;

1.2.1.2.2. Odontologia Especializada

A Região de Saúde conta com um único CEO – Centro de Especialidade Odontológica que oferta os seguintes serviços:

- Endodontia
- Cirurgia geral
- Odontopediatria
- Tratamento para portadores de Deficiência

LRPD – Padre Bernardo, Goianésia, Jaraguá e Barro Alto

Unidade Odontológica Móvel – Padre Bernardo

1.2.1.2.3. Atenção Hospitalar

A assistência hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS) é organizada a partir das necessidades da população, a fim de garantir o atendimento aos usuários, com apoio de uma equipe multiprofissional, que atua no cuidado e na regulação do acesso, na qualidade da assistência prestada e na segurança do paciente.

De forma integrada aos demais pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e com outras políticas intersetoriais, a Assistência tem como objetivo

garantir resolubilidade da atenção e continuidade do cuidado, assegurando a equidade e a transparência, sempre de forma pactuada com os Colegiados do SUS.

A Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS está instituída na Portaria de Consolidação nº 2, de 28/07/2017, resultou da necessidade de reorganizar e qualificar a atenção hospitalar no âmbito do SUS, estabelecendo as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Municípios com Serviços de Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar (EMAD):

- Goianésia
- Jaraguá
- Padre Bernardo

1.2.1.3. Urgência e Emergência



Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

MACROREGIÃO CENTRO-NORTE																			
REGIÃO	MUNICÍPIO	UNIDADES HOSPITALARES						ESPECIALIDADES	GERAIS COM COMPLEMENTAR		INTERNAÇÃO		UTI						TOTAL DE SALAS CIRÚRGICAS
		NOME	TIPO	GESTÃO	NÍVEL DE ATENÇÃO	HABILITAÇÕES	ATENDIMENTO		EXISTENTES	SUS			EXISTENTES	SUS	ADULTO		PEDIÁTRICO		
SÃO PATRÍCIO II	BARRO ALTO	HOSPITAL MUNICIPAL DE BARRO ALTO	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	NÃO POSSUI	SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL	23	23			0	0	0	0	0	0	1
		HOSPITAL LABORATÓRIO E CLÍNICA DE IMAGEM SÃO CARLOS	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	UTI II ADULTO	PARTICULAR PLANO E SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO, ORTO, OFTALMO, ONCO, OTORRINO, CARDIO, NEURO, GERIAT, NEFRO, URO	63	16			10	5	0	0	0	0	3
		CLÍNICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - DESATIVADO						CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO	41	34			0	0	0	0	0	0	3
	GOIANÉSIA	HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ FANY DURAN	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	LAQUEADURA VASECTOMIA	SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO, ORTO, CRÔN, HANSEN	71	71			0	0	0	0	0	0	2
		HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA LUÍZA	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	NÃO POSSUI	PARTICULAR E SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO, ORTO	33	14			0	0	0	0	0	0	2
		HOSPITAL UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO DE GOIANÉSIA	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	NÃO POSSUI	PARTICULAR E SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO, ORTO, CARDIO, NEURO	50	35			0	0	0	0	0	0	2
	ITAGUARU	HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAGUARU	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	NÃO POSSUI	SUS	CLÍNICA GERAL, PED	10	10			0	0	0	0	0	0	1
		JARAGUÁ	HOSPITAL ESTADUAL DE JARAGUÁ SANDINO DE AMORIM	HOSPITAL GERAL	ESTADUAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	LAQUEADURA VASECTOMIA	SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL	50	40			10	0	0	0	0	0
			HOSPITAL E MATERNIDADE DE JARAGUÁ	HOSPITAL GERAL	FILANTRÓPICO	MÉDIA COMPLEXIDADE	NÃO POSSUI	PARTICULAR E SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO	40	32			0	0	0	0	0	0
	MIMOSO DE GOIÁS	NÃO TEM HOSPITAL						-	0	0			0	0	0	0	0	0	0
	PADRE BERNARDO	HOSPITAL MUNICIPAL DRA MARIA MÁRCIA GONZAGA	HOSPITAL GERAL	MUNICIPAL	MÉDIA COMPLEXIDADE	LAQUEADURA VASECTOMIA	SUS	CLÍNICA GERAL, PED, OBST, CIRURGIA GERAL, GINECO, SAÚDE MENTAL	30	30			0	0	0	0	0	0	2
	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	NÃO TEM HOSPITAL						-	0	0			0	0	0	0	0	0	0
	VILA PROPÍCIO	NÃO TEM HOSPITAL						-	0	0			0	0	0	0	0	0	0
TOTAL									411	305			20	5	0	0	0	0	19

Fonte: Coordenação de Atenção Primária Regional São Patrício II (2023)

A Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região de Saúde São Patrício II, esta estruturada da seguinte forma: 05 (cinco) municípios possuem Unidade Hospitalares classificadas como Hospital de Pequeno Porte com menos de “<50 leitos”, conforme Portaria nº. 2.224/GM de 05 de dezembro de 2002, totalizando 168 leitos, distribuídos nos 05 municípios sendo. O município de Goianésia polo da região São Patrício II, Goianésia concentra a maior ofertas de leitos hospitalares para internação: habilitado pelo MS o total de 71 leitos, porém destes somente 51 estão em funcionamento.

Os leitos de UTI ofertados em nossa região são regulados pela Central Estadual e estão concentrados no Hospital Estadual de Jaraguá (HEJA) com 10 leitos de UTI.

O Serviço de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (SAMU 192), sendo outro componente da rede, encontra-se distribuído da seguinte forma: o município de Ceres possui uma CRU, localizado na Região de Saúde São Patrício I, regulando,

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

portanto, as urgências e emergências da Região São Patrício I e São Patrício II, compreendendo um total de 302.228 habitantes (IBGE 2010). Goianésia possui uma base descentralizada de Regulação de Urgência, com abrangência regional, atendendo 08 municípios da Região.

Município de Goianésia (01 USA – Unidade de Suporte Avançada, 01 USB – Unidade de Suporte Básico),

Município de Jaraguá (01 USA – Unidade de Suporte Avançada, 01 USB – Unidade de Suporte Básico e 02 viaturas reservas),

Município de Padre Bernardo atende o município de Mimoso de Goiás (02 USB – Unidade de Suporte Básico).

Município de Barro Alto (01 USB – Unidade de Suporte Básico).

Itaguaru (01 USB – Unidade de Suporte Básico).

BASE DESCENTRALIZADA DE SAMU					
	Barro Alto	Goianésia	Jaraguá	Itaguaru	Padre Bernardo
QUANTIDADE DE BASES DESCENTRALIZADAS	1	1	1	1	1
QUANTIDADE DE VIATURAS	1	2	2	1	1

Fonte: Coordenação de Atenção Primária Regional São Patrício II (2023)

Com referência às Urgências outro componente de extrema importância é a UPA – Unidade de Pronto Atendimento. Ressaltando que na região possui 01 Unidade com Perfil e Porte II, habilitada que atende as Urgências e Emergências no município de Goianésia.

Outro Componente Estratégico é a SAD – Serviço de Atenção Domiciliar, que se tornou uma ferramenta importantíssima no cuidado e acompanhamento especializado das comorbidades crônicas.

1.2.1.4. Atenção Psicossocial

A Rede de Atenção Psicossocial, cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde.

Compreende o cuidado integral às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo pessoas com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas, mediante acompanhamento clínico e terapêutico, atenção hospitalar e a reinserção social pelo exercício dos direitos civis, acesso ao trabalho, educação, cultura e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. (Brasil, 2012)

É constituída pelos seguintes componentes:

- ✓ Atenção básica em saúde
- ✓ Atenção Psicossocial Especializada, Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades;
- ✓ Atenção de urgência e emergência e seus pontos de atenção:
- ✓ Atenção residencial de caráter transitório, e seus pontos de atenção:
- ✓ Atenção hospitalar, e seus pontos de atenção:
- ✓ Estratégias de desinstitucionalização, e seu ponto de atenção:



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

- ✓ Reabilitação psicossocial.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é o principal ponto de atenção da rede. São constituídos por equipes multiprofissionais que atua sob a ótica interdisciplinar e realizam atendimentos às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e às pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo, e não intensivo.

A Região de Saúde São Patrício II, possui 3 municípios com CAPS.

SÃO PATRÍCIO II									
N	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SERVIÇO						
			CAPS	CAPS AD	CAPS i	SRT	SHR	EMAESM	UA
1	BARRO ALTO	10.922	Goianésia	/	/	/	Goianésia	/	Goianésia
2	GOIANÉSIA	69.072	CAPS II	CAPS AD	/	/	04 Leitos	/	UAA
3	ITAGUARU	5.269	Uruana	/	/	/	Ceres	/	Goianésia
4	JARAGUÁ	49.667	CAPS I	/	/	/	Goianésia	/	Goianésia
5	MIMOSO DE GOIÁS	2.612	Pe Bernardo	/	/	Anápolis	Pe Bernardo	/	Pe Bernardo
6	PADRE BERNARDO	33.228	CAPS I	/	/	Anápolis	04 Leitos	/	UAA
7	STA RITA DO N. DESTINO	3.331	Goianésia	/	/	/	Goianésia	/	Goianésia
8	VILA PROPÍCIO	5758	Goianésia	/	/	/	Goianésia	/	Goianésia

Fonte: Coordenação de Atenção Primária Regional São Patrício II/ (2023)

POPULAÇÕES ESPECÍFICAS:

São populações em condições de vulnerabilidade, sem visibilidade e que necessitam de suporte assistencial específico, e Políticas Públicas eficientes.

São elas:

- ✓ População negra/quilombola,
- ✓ População LGBTQI +,
- ✓ População em Situação de Rua,
- ✓ População privada de liberdade,

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

- ✓ População Migrante,
- ✓ População Cigana,
- ✓ População do Campo e Floresta,
- ✓ População portadora de Doenças Raras,
- ✓ População com deficiências
- ✓ População de Comunidades tradicionais

Em se tratando das populações específicas ou vulneráveis citadas acima, observa-se pouca visibilidade para esse público. Essa população necessita de melhor acompanhamento, melhor monitoramento e atendimento focado nas suas fragilidades.

Baseado nesse contexto, pode-se afirmar que as capacitações para os profissionais de toda a rede é urgente e necessária. Desenvolver cursos para Atenção a saúde, especialmente com os ACS, focado na Saúde Mental e Populações Específicas é ainda mais urgente, pois esta é a porta de entrada de todos os usuários, e deve estar preparada para receber as diferentes demandas.



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

SÃO PATRÍCIO II												
N	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO LGBTQI+	AMBULATÓRIO DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR	POPULAÇÃO NEGRA	Quilombos Certificados	SERVIÇO					
							Número de famílias nas comunidades quilombolas	PRIVADOS DE LIBERDADE	MIGRANTES INTERNACIONAIS	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	CIGANOS	POPULAÇÃO DO CAMPO
1	BARRO ALTO	10.922	PRESENTE	/	PRESENTE	Faz. Santo Antonio da Laguna / Tomas Cardoso / Antonio Borges	145	Presente, Presídio feminino com 55 mulheres, conforme último relatório em 07/2020	Presente	/	/	PRESENTE
2	GOIANÉSIA	69.072	PRESENTE 382 pessoas cadastradas.	/	PRESENTE	Valdemar de Oliveira	50	Presente, 240 presos, conforme último relatório em 07/2020	Presente	Presente, o máximo é de 40 pessoas flutuantes, mas no momento só tem 4.	PRESENTE	PRESENTE
3	ITAGUARU	5.269	PRESENTE	/	PRESENTE	/	/	/	/	/	/	PRESENTE
4	JARAGUÁ	49.667	PRESENTE	/	PRESENTE	/	/	Presente, 02 presídios. Total de 140 presos, conforme último relatório em 07/2020	Presente	Presente, mas é flutuante. 10 a 20 pessoas	/	PRESENTE

Fonte: Coordenação de Atenção Primária Regional São Patrício II (2023)

1.2.1.5. Vigilância em Saúde

Segundo dados do Portal inovação da SES-GO, Vigilância em Saúde: “É um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos.”

Na legislação brasileira vigente, vigilância em saúde (VS) é definida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de políticas públicas para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) é responsável, em âmbito nacional, por todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de

doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela análise de situação de saúde da população brasileira.

Em 12 de junho de 2018 foi instituída a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), por meio da Resolução n. 588/2018 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A PNVS é um documento norteador do planejamento das ações de vigilância em saúde nas três esferas de gestão do SUS, caracterizado pela definição das responsabilidades, princípios, diretrizes e estratégias dessa vigilância.

A Política Nacional de Vigilância em Saúde deverá contemplar toda a população em território nacional, priorizando, entretanto, territórios, pessoas e grupos em situação de maior risco e vulnerabilidade, na perspectiva de superar desigualdades sociais de saúde e de buscar a equidade na atenção, incluindo intervenções intersetoriais.

Conforme a Lei 8.080/90 entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos, tendo como principal objetivo fornecer orientação técnica permanente para os profissionais de saúde.

A vigilância epidemiológica tem a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças e agravos, bem como dos fatores que a condicionam, numa área geográfica ou população definida, tornando-se um instrumento para o planejamento, a organização e a operacionalização dos serviços de saúde, como também para a normatização de atividades técnicas afins.

SAÚDE DO TRABALHADOR

O gráfico “Transtornos Mentais por Ocupação” apresenta dados de 2023 referentes ao Estado de Goiás, obtidos pelo sistema de notificação SINAN-NET. Destaca-se que a maior proporção de casos confirmados ocorre entre trabalhadores de serviços administrativos, com 14 (30,43%), seguida por profissionais das ciências e das artes, com 9 (19,57%). Outras categorias com número significativo de casos incluem trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, com 7 (15,22%), e técnicos de nível médio, também com 7 (15,22%). Menor número de casos foi registrado para membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, com 3 (6,52%), e para trabalhadores de manutenção e reparação, com 1 (2,17%).

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II



TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

A taxa bruta de mortalidade é um indicador que expressa o número de óbitos por mil habitantes em um determinado período de tempo. É um forte indicador social, pois está relacionado com as condições de vida da população.



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

DADOS DETALHADOS

por **Município**, para **2023**

Mapa →

1. Pressione o cabeçalho para ordenar os valores...
2. Pressione uma linha para exibir uma evolução percentual...
3. Pressione o nome da Visão para obter um nível geográfico mais detalhado ou no ano para trocar o período...

Município	Indicador (por 1.000 Habitantes) ▾
Região de Saúde: São Patrício II	5,6
521060 - Itaguaru	7,8
520860 - Goianésia	6,2
521305 - Mimoso de Goiás	6,1
521560 - Padre Bernardo	5,5
520320 - Barro Alto	5,4
521180 - Jaraguá	5,0
522230 - Vila Propício	4,7
521945 - Santa Rita do Novo Destino	4,3

[Exportar tabela](#)

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é um importante indicador de saúde e condições de vida de uma população. Com o cálculo da sua taxa, estima-se o risco de um nascido vivo morrer antes de chegar a um ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde e baixo nível de desenvolvimento social e econômico¹.



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

DADOS DETALHADOS

por **Município**, para **2022**

Mapa →

1. Pressione o cabeçalho para ordenar os valores...
2. Pressione uma linha para exibir uma evolução percentual...
3. Pressione o nome da Visão para obter um nível geográfico mais detalhado ou no ano para trocar o período...

Município

Indicador (por 1.000 NV) ▾

São Patrício II

15,34

521945 - Santa Rita do Novo Destino

50,00

521560 - Padre Bernardo

25,29

520320 - Barro Alto

19,11

520860 - Goianésia

15,08

521180 - Jaraguá

9,09

521060 - Itaguaru

0,00

521305 - Mimoso de Goiás

0,00

522230 - Vila Propício

0,00

TAXA BRUTA DE NATALIDADE

A taxa bruta de natalidade (TBN) é o número de nascidos vivos em um determinado período, normalmente um ano, por mil habitantes. É calculada dividindo o número de nascidos vivos pela população residente e multiplicando por 1.000.

A Taxa Bruta de Natalidade é influenciada por fatores como:

- Estrutura da população, quanto a idade e sexo
- Acesso à saúde e à educação
- Valorização social das mulheres



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

DADOS DETALHADOS

por **Município**, para **2023**

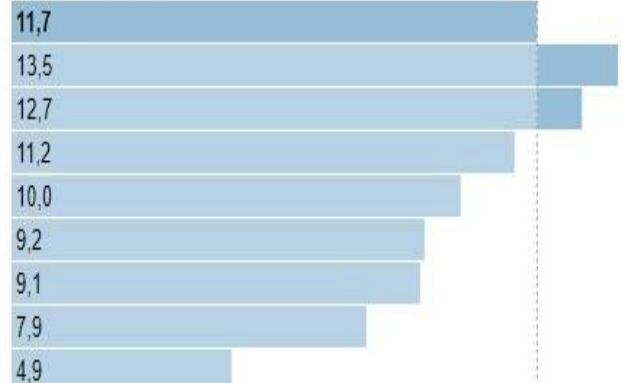
Mapa →

1. Pressione o cabeçalho para ordenar os valores...
2. Pressione uma linha para exibir uma evolução percentual...
3. Pressione o nome da Visão para obter um nível geográfico mais detalhado ou no ano para trocar o período...

Município

Indicador (mil hab.) ▼

São Patrício II
520860 - Goianésia
520320 - Barro Alto
521180 - Jaraguá
521560 - Padre Bernardo
521060 - Itaguaru
521305 - Mimoso de Goiás
522230 - Vila Propício
521945 - Santa Rita do Novo Destino



PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

SIMAZ - Quadras visitadas

O painel SIMAZ é uma ferramenta de controle dos imóveis visitados para controle da Dengue do Estado de Goiás.

EXPECTATIVA DE VIDA

Baseada em tábuas de mortalidades calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida é um indicador fundamental de gestão que nos permite entender a longevidade da população.

SINAVISA

O painel SINAVISA permite o acompanhamento, com georeferenciamento, das inspeções e documentações emitidas referente às ações sanitárias no Estado de Goiás.

ARBO

O Arbo é um agente inteligente capaz de monitorar a situação epidemiológica de casos de dengue nos municípios goianos em relação à média histórica, de modo a notificar as áreas técnicas precocemente quando da detecção de qualquer situação anormal.

PAINEL TUBERCULOSE

O Painel Tuberculose Pulmonar permite o acompanhamento, com georeferenciamento, de casos de tuberculose pulmonar no Estado de Goiás.

CAREN

A Caren é uma Inteligência Artificial para priorização do cuidado ao recém-nascido, seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade da assistência, favorecendo a redução da Taxa de Mortalidade Infantil em Goiás.

Pensada como uma ferramenta de apoio à decisão em maternidades e hospitais, a Caren realiza uma avaliação completa de cada recém-nascido.

SCORPION

O painel Scorpion traz dados toxicológicos (acidentes e intoxicações) por local, circunstância, incidência e desfecho e ainda fornece os locais que realizam soroterapia antiveneno no Estado de Goiás.

ARBOVIROSES

O Boletim Epidemiológico da Dengue é uma publicação e instrumento de gestão utilizado para o acompanhamento, análise e monitoramento da doença em todo Estado de Goiás. A estratégia permite mensurar a tendência da doença, assim como avaliar os riscos inerentes a essa enfermidade nos municípios goianos.

PAINEL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA

O Painel de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora é uma ferramenta para o acompanhamento, análise e monitoramento da saúde dos trabalhadores no estado de Goiás. Tem como principal objetivo disponibilizar informações epidemiológicas com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN.

IST - INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

O painel de ISTs (HIV/AIDS, Hepatites B, C e Sífilis) é um instrumento de gestão utilizado para o acompanhamento, análise e monitoramento das doenças sexualmente transmissíveis em todo Estado de Goiás.

ONCOLOGIA

O painel de Oncologia - Óbitos fornece informações epidemiológicas de mortalidade por neoplasias na população de Goiás.

SIVIS (Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Goiás)

O painel SIVIS - Vigilância Epidemiológica Hospitalar de Goiás, monitora o desempenho no processo de lançamento dos dados de doenças, agravos e eventos de saúde pública de notificação compulsória imediata nos estabelecimentos de saúde da rede estadual (REVEH).

OBSERVATÓRIO DE ARBOVIROSE

O Observatório de Arbovirose é uma importante ferramenta direcionada ao monitoramento das informações relacionadas no Estado de Goiás. Estes dados podem subsidiar tomadas de decisão com maior precisão e celeridade.

SERKET

O painel SERKET tem como objetivo facilitar a localização dos pontos de referência de soroterapia antiveneno no Estado de Goiás e, com isso, reduzir o tempo de acesso ao tratamento adequado dos acidentes por animais peçonhentos.

MICROCEFALIA

O painel Microcefalia traz informações do Boletim Epidemiológico e/ou alteração do Sistema Nervoso Central (SNC) tais como número de casos, distribuição municipal, idade gestacional, gênero e número de óbitos.

POSEIDON - QUALIDADE DA ÁGUA

O painel Poseidon acompanha a qualidade e o controle de qualidade da água consumida em Goiás, num trabalho conjunto da Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa de Saneamento de Goiás/SANEAGO.

COVID

O painel Covid apresenta diversos indicadores relacionados ao combate à doença, com transparência de dados e auxiliando na tomada de decisões. Abrange dados de nº de casos, de internações, de óbitos, de vacinação, permitindo, inclusive, o acompanhamento da disponibilidade de leitos na rede estadual de Goiás.

GUIA DE QUALIFICAÇÃO DE INDICADORES

O Guia de qualificação de indicadores é um instrumento de orientação técnica que indica os conceitos e critérios específicos adotados para a compreensão e obtenção dos valores de cada indicador. (Fonte: RIPSa. Rede Interagencial de Informações para a Saúde.)

COFINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O dashboard destaca a iniciativa da Superintendência de Vigilância em Saúde da SES/GO para facilitar a adesão dos municípios a nove programas de saúde pública, como ampliação de coberturas vacinais e promoção da saúde. Cada programa possui um prazo de execução de até 18 meses, podendo ser prorrogado, e detalhes específicos, incluindo elegibilidade e contatos para orientação, estão disponíveis nos anexos. A iniciativa, baseada na Resolução CIB nº 153/2022, visa melhorar a saúde da população em Goiás.

SAÚDEGO 360º

Plataforma que objetiva entregar aos atores do SUS visões da saúde no estado de Goiás em 360 graus, oferecendo insights que contribuam com o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas de saúde. A plataforma centraliza os principais indicadores para tomada de decisão e diagnóstico da situação de saúde, permitindo que o usuário customize suas visões e indicadores a serem acompanhados.

SRAG

O painel SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave) permite o acompanhamento da quantidade, classificação e taxa de incidência desse conjunto de sintomas respiratórios graves na população do estado de Goiás e que podem ser causados por diversos agentes infecciosos.



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Vigilância Ambiental – Qualidade da Água

No quadro abaixo podemos observar dados sobre a qualidade da Água para consumo e o total da população que é abastecida por saneamento básico na Região.

Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Cobertura de Abastecimento - SAA

Data:	23/05/2024	Hora:	16:13:06
Abrangência:	GO - REGIONAL SÃO PATRÍCIO II		
Ano de Referência:	2024		
População total:	180.290		
População total abastecida por SAA	178.884 (99,22 %)		
População abastecida por SAA com as características específicas	178.884 (99,22 %)		
Nome do Município	Código (IBGE)	População (IBGE)	População abastecida
BARRO ALTO	520320	10.371	10.369 (99,98%)
GOIANESIA	520860	73.707	73.705 (100,00%)
ITAGUARU	521060	4.904	4.901 (99,94%)
JARAGUA	521180	45.223	45.222 (100,00%)
MIMOSO DE GOIAS	521305	2.614	2.614 (100,00%)
PADRE BERNARDO	521560	34.967	34.966 (100,00%)
SANTA RITA DO NOVO DESTINO	521945	2.689	1.292 (48,05%)
VILA PROPÍCIO	522230	5.815	5.815 (100,00%)
Total		180.290	178.884 (99,22 %)

Vigilância Epidemiológica (óbitos maternos e óbitos infantis, e óbitos por causas mal definidas)

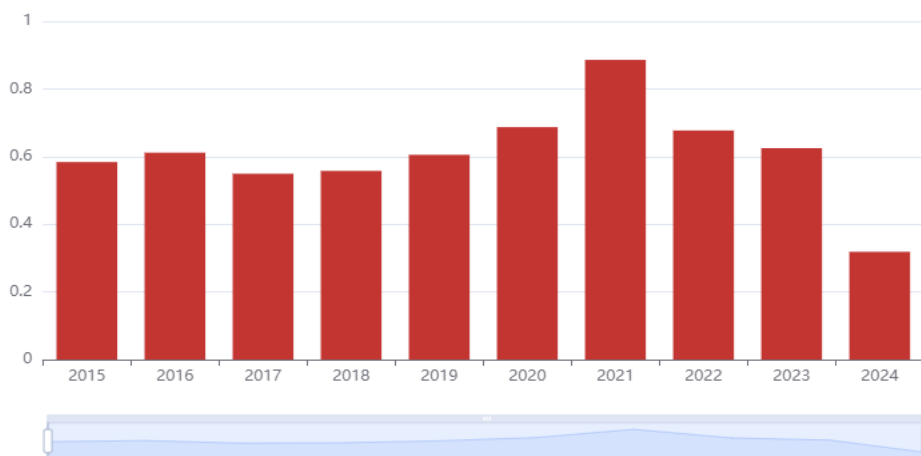
Proporção Bruta de Mortalidade Geral



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

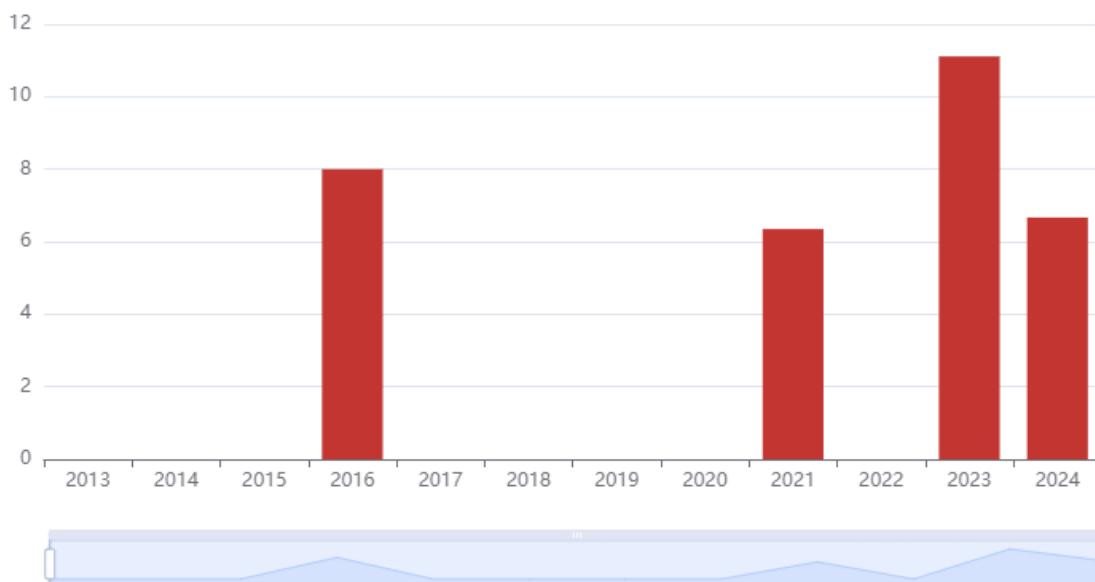


0

Proporção de Óbitos Infantis por Causas Mal Definidas



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podemos observar no Gráfico acima o percentual de óbitos pelo grupo de causas mal definidas, na população menor de 01 ano residente em determinado espaço geográfico no período considerado.

1.2.2. Educação Permanente em Saúde

De acordo com o Ministério da Saúde, a Educação Permanente em Saúde (EPS) se configura como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, como possibilidade de transformar as práticas profissionais e os sujeitos. Neste sentido, a EPS busca qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, visando a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e o fortalecimento dos processos de gestão institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal.(BRASIL 2018).

A Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como uma estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa melhorar a qualidade dos serviços de saúde, por meio da formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde.

A PNEPS orienta que para se fazer Educação Permanente é importante ter como objeto os problemas e necessidades originadas do processo de trabalho em saúde e que os mesmos devam ser observados e detectados, utilizando metodologias ativas como a problematização e envolvendo os atores na busca identificação e soluções dos problemas.

A Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES, é um espaço para discussão, proposituras, contribuição com o planejamento, avaliação da política de Educação Permanente em Saúde – EPS, no âmbito da Região. Sua principal atuação é manter a Educação Permanente em pauta no trabalho em saúde; pensar, inserir e fazer executar os processos de ensino-aprendizagem nos processos de trabalho, entender a vivência de trabalho como necessária para a aprendizagem, não somente para os trabalhadores em saúde, mas, também, nas relações que esses estabelecem nos locais, comunidades, espaços onde atuam.

A criação da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) para essa operacionalidade, torna-se estratégia principal de execução da política nacional de EPS com a responsabilidade de contribuir de forma efetiva, para dar visibilidade e possibilitar o fortalecimento dessas comissões no âmbito de suas regiões.

A implantação da Comissão Permanente de Integração Ensino – Serviço (CIES) Regional São Patrício II foi realizada em 11 de Janeiro de 2022 através da **Resolução nº 001/2022 – CIR SP II.**

A Educação Permanente em saúde incentiva que as ações educacionais executadas sejam um instrumento para a mudança e reorganização dos processos

de trabalho, ressaltando sempre a importância do trabalho em equipe, a valorização do saber e da experiência que cada profissional traz consigo, para a construção de novos conhecimentos e consequentemente novas práticas que possam agregar novos valores, desenvolvimento e qualidade no cotidiano do trabalho que refletirão automaticamente na melhoria do atendimento prestado aos usuários do SUS.

Núcleos Municipais de Educação Permanente (NEPS)

São espaços pensados e planejados de discussão e implementação (execução) da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, assim como uma instância de gestão da educação na saúde e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS, conforme orienta a PNEPS. Esses espaços permitem e intensificam a integração dos municípios em espaços colegiados como Comissão Intergestores Regional (CIR), Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES), e ainda permitem realizar articulação com áreas técnicas e captação de recursos.

Os NEPS tem papel articulador dentro da rede, permeia entre a gestão e os trabalhadores para discutir coletivamente os problemas que os municípios apontam, estimulando uma gestão compartilhada e contribuindo para realizar a propositura das necessidades de capacitações.

A principal função dos NEPS é de planejar, organizar e fornecer apoio às ações de Educação Permanente estruturando atividades de desenvolvimento dos profissionais e usuários da saúde, por meio de cursos, palestras, seminários, workshops dentre outros.

Quadro Demonstrativo do NEPS (Núcleo de Educação Permanente em Saúde)



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

MUNICÍPIO	PORTARIA
Goianésia	PORTARIA 002/2018 06/04/2018
Jaraguá	PORTARIA 166/2022 04/10/2022
Itaguaru	PORTARIA 014/2024 17/01/2024

Fonte: Coordenação de Educação Permanente Regional São Patrício II

Dentro na nossa Região tivemos até o momento a adesão de 3 Municípios que implantaram a Portaria do NEPS (Núcleo de Educação Permanente), são eles: Goianésia, Jaraguá e Itaguaru. Estima-se o aumento dos NEPS, devido ao incentivo através do Programa Mais EPS proposto pela Superintendência da Escola de Saúde de Goiás que incentivado e, viabilizando verbas para que os Municípios possam desenvolver projetos e propor ações de Educação Permanente a fim de melhorar indicadores da Atenção Primária.

2. Identificação dos Problemas de Saúde

A Região de Saúde conta ainda com vários problemas, relacionados ao processo de trabalho, apresentados abaixo como eixos temáticos



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Eixos Estruturantes	Problemas
Gestão em Saúde	• Melhora na implantação da Telemedicina eficiente, que atenda as demandas da AAE, com vistas à redução da necessidade de vagas na regulação, redução dos custos e dos riscos dos traslados de pacientes por meio dos transportes; • Fragilidade da gestão no planejamento das ações, por ausência de informações concretas; • Dificuldades em estruturar equipes para qualificar o atendimento de Saúde Mental; • Ausência de conhecimento dos trabalhadores sobre os instrumentos de Gestão; PAS, RAG, SISPACTO; • Rotatividade de profissionais; • Melhora na Efetivação da Política Nacional de Humanização;
Atenção Primária à Saúde (Saúde da Família)	• Número considerável de população flutuante em alguns municípios, dificultando a estimativa de serviço a ser ofertado para a população; • Sobrecarga das Equipes com número excessivo de pessoas de áreas descobertas sob sua responsabilidade, comprometendo a cobertura e qualidade de suas ações; • Dificuldade na implantação de grupos voltados a usuários



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

	de álcool e outras drogas nas ESF; • Baixo conhecimento dos profissionais de saúde sobre as Redes de Atenção; • Pouco conhecimento da Política de Assistência Farmacêutica; • Baixa interação da Saúde Bucal com as ações da Estratégia Saúde da Família; • Baixa interação entre as equipes das Redes, na referência e contra-referência; • Baixa cobertura e qualidade no pré-natal; • Baixo acompanhamento de puérperas e intercorrências neonatais; • Alto índice de gestação na adolescência; • Negligência da Assistência às crianças, adolescentes e idosos no ambiente familiar;
	• Alto índice Drogadição; • Aumento dos acidentes domésticos; • Alto índice de depressão entre os idosos • Idosos tomam muita medicação errada; • Fragilidade na alimentação dos dados nos Sistemas; • Baixa capacidade resolutiva na Atenção Primária; • Alta demanda de consultas com especialistas por



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

	condições sensíveis a Atenção Primária; • Pouca utilização dos Protocolos Clínicos; • Dificuldade para analisar os Indicadores de Saúde; • Insuficiência no atendimento humanizado (Humaniza SUS); • Processos educativos voltados apenas para demandas pontuais;
Educação em Saúde	• Pouco incentivo na efetivação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; • Insipiente conhecimento sobre Educação Permanente; • Pouco incentivo no fortalecimento da CIES; • Dificuldade em entender a função da CIES; • Processos educativos voltados apenas para demandas pontuais; • Falta de Multiplicadores em qualificações;
Vigilância em Saúde	• Ineficiência de ações de promoção e prevenção eficientes que promovam mais saúde com menos gasto; • Fragilidade na alimentação dos dados nos Sistemas; • Dificuldade em realizar exames de contatos, realizar PPD / Manejo clínico Tuberculose / busca de sintomáticos respiratório • Dificuldade em Manejo Clínico e prescrições, seguindo o protocolo do MS



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

- Dificuldade em registrar os casos de ILTB no referido sistema
- Dificuldade em identificar Surtos
- Manejo clínico da Dengue;
- Falta de EPI.
- Número de profissionais insuficientes.
- Melhora no Manuseio do sistema SIES
- Dificuldade em registros de vacinas / movimentação de imunobiológicos /coberturas vacinais nos referidos sistemas
- Falta de CID-10 nos núcleos de Vigilância Epidemiológica.
- Rotatividade dos profissionais
- Preenchimento incorreto de DNV; -Preenchimento incorreto de DO -Rasuras/cancelamentos, - -
Preenchimento incorreto das investigações na Vigilância do óbito materno infantil/fetal, MIF e óbitos mal definidos;
- Atraso na investigação e conclusão dos casos;
- Falta de conhecimento por parte dos Gestores da importância do SIM/SINASC; NVE – Falta integração com outros segmentos da rede, APS(ESF), rede hospitalar, ambulatorial e VISA
- Encerramento da notificação em tempo oportuno no Tabwin das investigações de acordo com as normas do



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

	Ministério e encerramento em tempo oportuno e tabulação de dados • Falta de profissionais nos municípios e Regional referente aos riscos ambientais (vigiágua, esgotos, vetores transmissíveis de doenças, poluição do ar e solo, recursos hídricos) • Dificuldade de notificação de acidentes graves; • Falta de capacitação dos fiscais em Vigilância Sanitária;
Saúde Bucal	• Ausência de qualificação/Capacitação para Odontólogos ASB, TSB; • Baixa interação da Saúde Bucal com as demais ESFs das demais Rede de Atenção;
Controle Social	• Ausência na formação de Conselheiros; • Insuficiência de conhecimento da função de conselheiro; • Falta de divulgação das Conferências de Saúde para a população;
Urgências/ Emergências, Média complexidade	• Baixa qualificação/Capacitação para Urgência/Emergência e atenção hospitalar; • Insuficiente qualificação para Equipe de resgate; • Insuficiência no atendimento humanizado (HumanizaSUS); • Pouca utilização de Protocolos Clínicos como referência para padronização de atendimentos;



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

	• Dificuldade na estabilização de pacientes com SRAG e Covid-19.
Controle e Regulação	• Demanda grande de consulta com especialidades e dificuldades no processo de regulação para estes atendimentos; • Falta de qualificação/capacitação para médicos que atuam na Avaliação/Regulação; • Alta demanda de Internações, por condições sensíveis e resolutivas na Atenção primária; • Intervenções políticas partidárias no processo de Regulação.

3. Caracterização da necessidade de formação em saúde

NOMES	DIFICULDADES	PROPOSTA DE AÇÕES
Tuberculose / ILTB	-Dificuldade em realizar exames de contatos, realizar PPD / Manejo clínico Tuberculose / busca de sintomáticos respiratórios	-Capacitar coordenadores da Atenção Primária, do Núcleo de Vigilância Epidemiológica e demais profissionais médicos enfermeiros e técnicos.
Hanseníase	-Dificuldade em Manejo Clínico e prescrições, seguindo o protocolo do MS	-Capacitar coordenadores da Atenção Primária, do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, profissionais médicos e enfermeiros.



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Sistema SILT	-Dificuldade em registrar os casos de ILTB no referido sistema	-Capacitar coordenadores de vigilância epidemiológica e técnicos da vigilância para manuseio do sistema
Notificações de Surtos	-Dificuldade em identificar Surtos	-Capacitar coordenadores de vigilância e técnicos da vigilância do Núcleo de Vigilância Epidemiológica para identificação e investigação de surtos
Dengue	-Manejo clínico da Dengue; -Falta de EPI. -Número de profissionais insuficientes.	Capacitar gestores, coordenadores, gerentes de endemias, ACEs e ACSs, ESFs nas ações de controle de vetores.
Imunização Redes Frios / Sies Novo SIPNI E sus AB	-Manuseio do sistema SIES -Dificuldade em registros de vacinas / movimentação de imunobiológicos /coberturas vacinais nos referidos sistemas	-Qualificar os técnicos e enfermeiros em imunizações, redes de frios, para manuseio do SIES /SIPNI / E sus AB para registro de administração de vacinas
Sim/Sinasc Vigilância do Óbito	-Falta de CID-10 nos núcleos de Vigilância Epidemiológica. -Rotatividade dos profissionais -Preenchimento incorreto de DNV; -Preenchimento incorreto de DO -	-Treinamento de um servidor efetivo vinculado ao serviço para ser multiplicador; -Capacitar NVE (on-line) presencial, para preenchimento correto em tempo oportuno;



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

	Rasuras/cancelamentos, - - Preenchimento incorreto das investigações na Vigilância do óbito materno infantil/fetal, MIF e óbitos mal definidos; -Atraso na investigação e conclusão dos casos; -Falta de conhecimento por parte dos Gestores da importância do SIM/SINASC; NVE – Falta integração com outros segmentos da rede, APS(ESF), rede hospitalar, ambulatorial e VISA	-Ações de educação continuada a distância/presencial;
Notificação Compulsória / Tabwin	-Encerramento da notificação em tempo oportuno das investigações de acordo com as normas do Ministério e encerramento em tempo oportuno e tabulação de dados	-Capacitar os digitadores, coordenadores NVE e técnicos em encerramento oportuno e preenchimento das fichas no SINAN; digitação e acompanhamento de estatísticas de dados relacionados as doenças e agravos de notificação compulsória no SINAN.
Vigilância Ambiental e Saúde do	-Falta de profissionais nos municípios e Regional referente aos riscos ambientais (vigiágua, esgotos, vetores transmissíveis de doenças, poluição do ar e	Capacitar os profissionais através de cursos preparatórios; sensibilizar os Gestores / coordenadores e técnicos Municipais mostrando a importância de notificações de acidente graves;



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Trabalhador	solo, recursos hídricos) - Dificuldade de notificação de acidentes graves	prevenção/promoção da saúde com a criação de uma equipe eficaz de Vigilância Ambiental / saúde do trabalhador;
Vigilância Sanitária	-Falta de capacitação dos fiscais	Capacitar os profissionais através de cursos preparatórios para execução das fiscalizações com qualidade e eficiência;

3. Atores envolvidos

Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde, Comissão Intergestor Regional de Saúde, CIES e Educação permanente.

4. Relação entre problemas e as necessidades de EPS

Preconizado pelas diretrizes da Portaria GM/MS 1996 de 20 de dezembro 2007, a Portaria GM/MS 3.194 de 28 de novembro de 2017, o PRO EPS-SUS, os Planos de Educação Permanente em Saúde-PAREPS devem ser construídos pela Comissão de Integração Ensino-Serviço e técnicos da Regional de Saúde. Portanto, o PAREPS 2024-2027 é a soma de discussões no Colegiado Intergestores Regional-CIR, das Reuniões Integradas com as áreas técnicas dos municípios, nas Assembleias da CIES Regional, bem como o levantamento das necessidades de ações educativas em saúde, elencadas pelos municípios e áreas técnicas da Região. Além de todas essas discussões, foi elaborado um questionário online, no Google Forms para coleta do diagnóstico dos problemas e necessidades de formação/qualificação/capacitação da Região.

Porém conforme apresentados, os problemas evidenciam a real necessidade de encontrar soluções para amenizá-los ou mesmo resolvê-los, e sendo a educação

CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

permanente em saúde é a melhor forma de transformação, percebe-se que é preciso aplicá-la de forma contínua.

5. Produtos e Resultados esperados

- Fortalecer a atenção básica
- Melhorar o planejamento, execução e avaliação dos serviços de saúde
- Melhorar o conhecimento referente aos indicadores
- Melhorar a resolutividade dos atendimentos nas Equipes de Saúde
- Diminuir o desperdício de materiais
- Melhorar a qualidade no atendimento da população
- Aumentar a adesão de alguns grupos ao programa de saúde (ex.: homem, dependentes químicos)

6. Processo de Avaliação do Plano

Nº DE ORDEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	ASSUNTO	PÚBLICO ALVO	ÁREA EXECUTANTE
01	Curso de Capacitação	Regional	Ofertar uma Capacitação de Política	Profissionais do SUS da atenção primária à	SES, SESG



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

			Nacional de Atenção Básica(PNAB).	saúde e toda equipe multiprofissional.	
02	Oficina	Município	Ofertar uma Capacitação ou Oficina para Abordagem multidisciplinar e intersectorialidade no cuidado a pessoa Idosa.	Profissionais do SUS da atenção primária à saúde, equipe multiprofissional.	CIES São Patrício II
03	Oficina	Município	Realizar uma Oficina de acolhimento Humanizado para todos os profissionais SUS.	Profissionais do SUS da Atenção Primária, Secundária e Terciária, equipe multiprofissional.	SES - Regional



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

04	Curso de Capacitação	Município	Ofertar uma Capacitação em processos de trabalho dos ACS e ACE	Agentes Comunitários de Saúde	SPAIS
05	Curso	Município	Realizar um Curso em Atendimento aos portadores de transtorno mental e uso de álcool e outras drogas	Profissionais do SUS da Atenção Primária, Secundária e Terciária, equipe multiprofissional.	SPAIS
06	Curso de Capacitação	Regional	Executar uma capacitação em Segurança do paciente na atenção primária.	Médicos, enfermeiro, técnicos em enfermagem, odontólogos e auxiliares em saúde bucal, equipe multiprofissional.	SPAIS



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

07	Treinamento	Município	Realizar treinamento em Manejo Clínico de Hanseníase e prescrições, seguindo o protocolo do MS	Coordenador do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária, Secundária e Terciária.	SUVISA - Regional
08	Aperfeiçoamento	Município	Realizar aperfeiçoamento em acidente com Animais Peçonhentos	Coordenador do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária, Secundária e Terciária.	SUVISA - Regional
09	Curso de capacitação	CIES Regional	Realizar curso de capacitação para os conselheiros municipais de saúde	Conselheiros municipais de saúde	CES
10	Treinamento	Regional	Realizar qualificação na área odontológica para os	Odontólogos, Auxiliares e técnicos em saúde bucal.	SPAIS



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

			profissionais;		
11	Capacitação	CIES Regional	Ofertar uma capacitação em protocolos clínicos para a atenção hospitalar	Profissionais médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem da atenção hospitalar.	Atenção secundária
12	Treinamento	Regional	Treinamento sobre o Manuseio do sistema SIES;	Profissionais das salas de vacina, enfermeiros e técnicos em enfermagem	SUVISA
13	Capacitação	Município	Capacitação para Manejo clínico da Dengue	Gestores, Coordenadores, gerentes de endemias, ACEs e ACSs, ESFs nas ações de controle de vetores.	SUVISA
14	Treinamento	Regional	Realizar treinamento sobre as	Profissionais do SUS: Médicos,	SUVISA



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

			ações de zoonoses	enfermeiros e técnicos em saúde.	
15	Seminário	CIES Regional	Ofertar um Seminário em estratificação o de risco das condições crônicas: hipertensão , diabetes, gestantes, sobrepeso e obesidade.	Profissionais da APS: médicos e enfermeiros.	SPAIS – Regional- CIES
16	Seminário	Regional/CIES	Realizar uma Oficina sobre Acolhiment o e classificaç ão de risco.	Profissionais da Atenção primária, secundária e terciária: médicos e enfermeiros e técnicos em enfermagem	Regional, SPAIS E SESG
17	Aperfeiçoa mento	Regional	Realizar um curso de aperfeiçoa mento da	Profissionais do SUS médicos e enfermeiros	SUVISA/ SPAIS E SESG



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

			qualidade das notificações do SINAN, Tabwin, vigilância ambiental e saúde do trabalhador, estimulando a sua realização.	e técnicos em enfermagem.	
18	Treinamento	Município	Realizar um treinamento em ações da vigilância sanitária.	Fiscais da vigilância sanitária regional e municipal.	SUVISA
19	Curso	Regional	Ofertar um Curso em vigilância em saúde com foco em análise de dados e intervenções.	Coordenadores do NVE e APS.	SUVISA E SESG
20	Seminário	CIES Regional	Realizar um treinamento para o Sistema	Treinamento de um servidor efetivo	SUVISA



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

			Sim/Sinasc Vigilância do Óbito;	vinculado ao serviço para ser multiplicador; Capacitar NVE (on- line)	
--	--	--	---------------------------------------	---	--

7. Recursos envolvidos para execução do Plano

De acordo com a Portaria nº 2.953 de 25 de novembro de 2009, foram definidos os recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e considerando a Portaria de Consolidação nº 02/2017, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que determina a qualificação dos profissionais da área da saúde em todos os níveis de atenção para atendimento às demandas e necessidades prioritárias estabelecidas e as que vierem a ser pactuadas nas Comissões Intergestores Regionais, Bipartite e Tripartite.

O Ministério da Saúde aloca recursos financeiros para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde de forma específica, conforme os critérios de repasse definidos pela Portaria de Consolidação nº 06/2017, como também por meio dos recursos destinados à execução das políticas de atenção primária, secundária e terciária da saúde, das vigilâncias em saúde e todas as demais políticas de saúde financiadas pelo Ministério da Saúde.

As ações de Educação Permanente em Saúde promovidas pelo Estado, serão executados com recursos pactuados na CIR, e as ações promovidas pela CIES Estadual ocorrerão de acordo com a indicação da fonte de recurso descrita nos projetos descritos abaixo.

AÇÕES/ATIVIDADES	RECURSOS	RESULTADO/META INDICADOR
1- Ofertar uma Capacitação de Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	Local, data show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Contribuir para o conhecimento dos instrumentos de gestão.
2- Ofertar Capacitação para Abordagem multidisciplinar e intersectorialidade no cuidado a pessoa idosa.	Local, data show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Contribuir para melhorar no conhecimento e atendimento no SUS.
3- Realizar uma Oficina de acolhimento Humanizado para todos os profissionais do SUS.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Qualificar os profissionais para um atendimento humanizado.
4- Ofertar uma Capacitação em processos de trabalho dos ACS e ACE	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Contribuir melhoria dos processos de trabalho dos ACS e ACE.
5- Realizar um Curso em Atendimento aos portadores de transtorno mental e uso de álcool e outras drogas	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	

6- Executar uma capacitação em Segurança do paciente na atenção primária.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Organizar e fortalecer a rede de atenção a saúde mental. Fortalecer e ampliar a atenção à saúde das populações específicas;
7- Realizar treinamento em Manejo Clínico de Hanseníase e prescrições, seguindo o protocolo do MS.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Qualificar os profissionais em segurança do paciente.
8- Realizar aperfeiçoamento em acidente com Animais Peçonhentos	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	
9- Realizar curso de capacitação para os conselheiros de saúde	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Contribuir no conhecimento classificação e manuseio do sistema e aprimorar o conhecimento em notificações compulsórias.
10- Realizar qualificação na área odontológica	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Contribuir no conhecimento dos acidentes com animais peçonhentos.

11- Ofertar uma capacitação em protocolos clínicos para a atenção hospitalar	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	
12 - Treinamento sobre o Manuseio do sistema SIES;	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Qualificar os profissionais sobre o que compete o SUS e as atribuições.
13- Capacitação para Manejo clínico da Dengue	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	Aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais dentistas, TSB e ASB. Melhorar a assistência em saúde bucal;
14- Realizar treinamento sobre as ações de zoonose	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche	Aprimorar os conhecimentos sobre os protocolos clínicos na atenção hospitalar.

15 - Ofertar um seminário de estratificação de risco das condições crônicas: hipertensão, diabetes, gestantes, sobrepeso e obesidade. 16 – Realizar uma Oficina sobre Acolhimento e classificação de risco 17- Realizar um curso de aperfeiçoamento da qualidade das notificações do SINAN, Tabwin,	matutino e vespertino; Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino; Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino; Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino; Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche	Aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais que tralham com a imunização. Aprimorar os conhecimentos sobre ILTB e Hanseníase. Qualificar os profissionais nas ações de zoonoses. Contribuir no conhecimento e alinhamento da estratificação de risco das condições crônicas. Aprimorar os conhecimentos em investigação de óbito materno infantil. Contribuir para a diminuição das taxas de mortalidade materna e neonatal; melhorar a assistência em pré-natal, parto e
--	--	---

18- Realizar um treinamento em ações da vigilância sanitária 19- Ofertar um Curso em vigilância em saúde com foco em análise de dados e intervenções. 20- Realizar um treinamento para o Sistema Sim/Sinasc Vigilância do Óbito	matutino e vespertino; Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, lanche matutino e vespertino;	puerpério; Estimular e qualificar a realização das notificações da vigilância em saúde. Aprimorar os conhecimentos dos fiscais e qualificar as visitas técnicas. Subsidiar os coordenadores em vigilância em saúde para a qualificação dos processos de trabalho. Aprimorar os conhecimentos no atendimento de Urgência e Emergência, qualificando em primeiros socorros;
---	---	--



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

CONCLUSÃO

O PAREPS é instrumento norteador que revela as fragilidades e os problemas de saúde, indicando a necessidade de implantação ou implementação das ações educacionais a serem programadas e realizadas, que visam a melhoria do desenvolvimento dos serviços de saúde.

As ações educativas bem planejadas e direcionadas ao público-alvo certo, e posteriormente avaliadas, promoverão mudanças de atitudes e farão transformações inevitáveis.

Referências Bibliográficas

Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Portaria MS Nº 1.996, de 20 de Agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2007).

Portaria Nº 2.048, de 03 de Setembro de 2009, que aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria MS Nº 2.953, de 25 de novembro de 2009, que define recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em saúde, e dá outras providências.

Decreto Nº 7.580, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Portaria GM/MS Nº 2.135, de 25 de Novembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria Nº 3.194, de 28 de Novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS – PRO EPS-SUS. O PRO EPS-SUS tem como objetivo geral estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos profissionais da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho (BRASIL, 2017).

Portaria Nº 3.342, de 07 de Dezembro de 2017, que divulga lista dos entes federados habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata a Portaria nº 3.194/GMS/MS, de 27 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017).

Portaria Nº 358/2018 – SES, que resolve designar os servidores da Secretaria de Estado da Saúde para compor o Grupo Técnico Estadual – GTE. Este grupo tem a função de Elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente, que deverá estar em consonância com as prerrogativas previstas no âmbito do PRO EPS-SUS, com vistas a fortalecer as práticas de Educação Permanente em Saúde, apoiar as ações a nível regional, bem como monitorar e acompanhar as atividades previstas pelo programa (BRASIL, 2018).

Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS, 2006, Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, Brasília-DF.

Resolução CESGO Nº 07/2015, que dispõe sobre as “Diretrizes para Política Estadual de Educação Permanente para Participação e Controle Social” e dá outras providências.

Manual Técnico do PRO EPS-SUS, Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS, que tem como objetivo principal apresentar orientações técnicas para o desenvolvimento das ações previstas para o PRO EPS-SUS, facilitando a execução das atividades de EPS no



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

Distrito Federal e municípios, bem como na elaboração do Plano Estadual de EPS nos estados e Distrito Federal (BRASIL, 2018).

Manual de Orientações - Planejamento das Ações de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde, para apoiar o processo de planejamento, este manual contendo orientações para subsidiar a elaboração do Plano de Educação Permanente em Saúde (PEPS), em cada estado/município das diversas regiões do país e no Distrito Federal (BRASIL, 2018)

Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado de Goiás 2019-2022



CIR – COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL SÃO PATRÍCIO II
CIES – COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO SERVIÇO REGIONAL SÃO PATRÍCIO II

ANEXOS

Anexo I Resolução de aprovação do PAREPS pela CIES REGIONAL

Anexo II Resolução de homologação do PAREPS e da Resolução da CIES pela CIR

Resolução nº 001/2022 - CIR SP II

Goianésia, 11 de janeiro de 2022

Aprova AD REFERENDUM a implantação da Comissão Permanente
de Integração Ensino - Serviço (CIES) Regional São Patrício II.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



**Comissão Permanente de Integração Ensino Serviço da Região de Saúde São Patrício II
CIES SÃO PATRÍCIO II**

Resolução nº002 /2025 – SÃO PATRÍCIO II

Goianésia, 09 de Abril de 2025.

**Aprova AD REFERENDUM o Plano de Ação
Regional de Educação Permanente em Saúde
(PAREPS) da Região de Saúde São Patrício
II-2024-2027.**

A Coordenação da Comissão Permanente de Integração Ensino Serviço da Região de Saúde São Patrício II, no uso das atribuições regimentais que lhe foram conferidas e considerando:

1. A Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
2. A Portaria MS/GM nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, no que diz os Art. 2º, 4º e 6º da referida Portaria e seu Anexo II, onde se aplica das Diretrizes Operacionais para a Constituição e Funcionamento das Comissões de Integração Ensino-Serviço.
3. O Decreto nº. 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1.990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação interfederativa e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar AD REFERENDUM o Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) da Região de Saúde São Patrício II para vigência entre os anos de 2024 a 2027.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANAILDES GARCIA CARVALHO
Data: 20/05/2025 15:46:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Goianésia, 09 de Abril de 2025.

Anaildes Garcia
Presidente da CIES São Patrício II



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL - CIR - SÃO PATRÍCIO II

Resolução nº 004/2025-CIR SP II

Goianésia, 10 de abril de 2025.

Aprova o Plano de Ação Regional para a Educação Permanente em Saúde da Região de Saúde São Patrício II (2024-2027).

A Coordenação da Comissão Intergestores Regional – CIR São Patrício II, no uso das suas atribuições regimentais que lhe foi conferida e considerando:

1 – A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

2 – A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

3 – A Portaria do Ministério da Saúde nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

4 – A Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 330, de 04 de novembro de 2003, que aplica “Os Princípios e Diretrizes para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB/RH-SUS)” como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS.

RESOLVE:

Art. 1º – Em reunião ordinária da CIR São Patrício II, realizada no dia 10 de abril de 2025, aprovar o Plano de Ação Regional para a Educação Permanente em Saúde da Região de Saúde São Patrício II (2024-2027), conforme o anexo.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor nesta data.

**LUDIMILA MACHADO
DE OLIVEIRA
BELO:98452169191**

Assinado de forma digital por LUDIMILA MACHADO DE OLIVEIRA BELO:98452169191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A1, ou=Videoconferencia, ou=31269896000132, ou=AC SyngularID Multipla, cn=LUDIMILA MACHADO DE OLIVEIRA BELO:98452169191
Dados: 2025.05.06 10:04:24 -03'00'

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL
Ludimila Machado de Oliveira
Coordenadora da CIR SP II
Secretária Municipal de Saúde de Jaraguá

Documento assinado digitalmente
gov.br **IVONE TRISTÃO DA SILVA**
Data: 05/05/2025 12:51:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REPRESENTAÇÃO ESTADUAL
Ivone Tristão da Silva
Coordenadora Regional da RSSP II
Vice-coordenadora da CIR São Patrício II